

# SUMÁRIO

## PARTE I

### INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA UMA APROPRIADA POSTULAÇÃO EM JUÍZO

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. SOLUÇÃO DE LITÍGIOS PERANTE O PODER JUDICIÁRIO.....	5
2.1 Estrutura jurisdicional brasileira .....	5
2.2 Lide, processo e procedimento .....	11
2.2.1 Escolha, mecanismos e critérios para solução de conflitos.....	11
2.2.2 Tentativa consensual prévia e via contenciosa .....	13
2.2.3 Jurisdição voluntária e conclusão sobre a via contenciosa.....	15
2.3 Processo de conhecimento .....	17
2.3.1 Cabimento e utilidade.....	17
2.3.2 Procedimento .....	19
2.3.2.1 Procedimentos especiais .....	20
2.4 Processo de execução .....	20
2.5 Tutela provisória .....	21
2.6 Escolha da medida judicial adequada.....	23
2.7 Exercícios para a escolha da medida judicial adequada .....	25
3. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA.....	29
3.1 Considerações iniciais .....	29
3.2 Partes e interessados .....	29
3.3 Capacidade de ser parte.....	30
3.4 Capacidade processual.....	31
3.4.1 Capacidade processual das pessoas físicas .....	31
3.4.2 Capacidade processual das pessoas jurídicas.....	34
3.5 Capacidade postulatória.....	35
3.6 Dos procuradores.....	35
3.6.1 Da procuração judicial.....	36

3.6.1.1	Deveres éticos quanto à representação.....	38
3.6.1.2	Modelo de procuração judicial.....	39
3.6.2	Da procuração extrajudicial.....	40
3.6.2.1	Modelo de procuração extrajudicial.....	40
3.6.3	Da procuração <i>ad judícia et extra</i> .....	41
3.6.3.1	Modelo de procuração <i>ad judícia et extra</i> para advogados integrantes de sociedade de advogados.....	42
3.6.4	Substabelecimento.....	43
3.6.4.1	Modelo de substabelecimento com reserva de poderes.....	44
3.6.4.2	Modelo de substabelecimento SEM reserva de poderes.....	45
3.6.5	Saída do advogado do processo: renúncia e revogação do mandato.....	46
3.6.5.1	Modelo de renúncia ao mandato por advogado (comunicação ao cliente e petição).....	47
3.6.5.2	Modelo de petição e termo de revogação de mandato.....	50
3.7	Custas iniciais e taxas.....	51
3.8	Honorários advocatícios.....	53
3.8.1	Dos honorários contratados.....	53
3.8.1.1	Da cláusula <i>quota litis</i> .....	54
3.8.1.2	Da cláusula de êxito.....	55
3.8.2	Modelos de contratos de honorários.....	55
3.8.2.1	Modelo de contrato de honorários (com valor já estipulado).....	55
3.8.2.2	Modelo de contrato de honorários com sociedade de advogados – honorários estipulados com cláusula <i>ad exitum</i> .....	58
3.8.2.3	Modelo de contrato de honorários com cláusula <i>quota litis</i> .....	60
3.8.3	Dos honorários sucumbenciais.....	62
3.8.4	Percepção de honorários na conciliação e na mediação.....	65
4.	PETIÇÃO INICIAL.....	67
4.1	Considerações prévias.....	68
4.2	Requisitos da petição inicial.....	69
4.2.1	Endereçamento.....	71
4.2.1.1	Exercícios para fixação da competência.....	76
4.2.2	Qualificação das partes.....	78
4.2.3	Causa de pedir.....	82
4.2.4	Pedido.....	86
4.2.5	Valor da causa.....	90
4.2.5.1	Exercícios para formulação do pedido e atribuição de valor à causa.....	93
4.2.6	Requerimento de provas.....	94

4.2.7	Opção pela realização da audiência de mediação ou conciliação .....	97
4.2.7.1	Perfil dos meios consensuais e critérios para sua adoção .....	97
4.2.7.2	Aspectos procedimentais da adoção dos meios consensuais em juízo .....	98
4.2.8	Outras indicações da petição inicial .....	99
4.2.8.1	Elementos ligados à capacidade postulatória .....	99
4.2.8.2	Requerimento da forma de citação .....	100
4.2.8.3	Recolhimentos e documentação .....	104
4.2.8.4	Menções diferenciadas .....	105
4.3	Modelo de petição inicial comentado .....	105
5.	AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO .....	113
5.1	Finalidade .....	113
5.2	Obrigatoriedade ou facultatividade da designação .....	115
5.3	Condução da sessão consensual em juízo .....	119
5.4	Temas aptos a serem abordados nos meios consensuais .....	121
5.5	Ampliação de opções e papel do advogado .....	122
5.6	Atuação do advogado antes das sessões consensuais .....	125
5.7	Atuação do advogado durante as sessões consensuais .....	126
6.	TUTELA PROVISÓRIA .....	135
6.1	Considerações prévias .....	135
6.2	Tutelas de urgência .....	137
6.2.1	Pressupostos e concessão liminar .....	137
6.2.2	Restrições .....	139
6.2.3	Efetivação .....	140
6.2.4	Tutela antecipada antecedente .....	140
6.2.5	Tutela cautelar antecedente .....	143
6.3	Diferença entre as tutelas de urgência e fungibilidade .....	144
6.4	Aspectos relevantes para o peticionamento .....	146
6.4.1	Competência .....	146
6.4.2	Petição inicial .....	147
6.4.3	Pedido de medida liminar .....	149
6.4.4	Pedido principal, eficácia e extinção da medida .....	150
6.4.5	Resposta do réu .....	151
6.4.6	Modelo comentado de tutela provisória antecipada antecedente .....	152
6.5	Tutela de urgência incidental e meios de efetivação .....	157
6.5.1	Peticionamento incidental .....	157
6.5.2	Efetivação por meios peculiares .....	157

6.5.2.1	Arresto.....	157
6.5.2.2	Sequestro.....	160
6.5.3	Modelo comentado de tutela provisória cautelar incidental de arresto ....	161
6.6	Tutela provisória da evidência.....	166
7.	DA RESPOSTA DO RÉU.....	169
7.1	Considerações prévias.....	169
7.2	Respostas do réu no CPC/2015.....	171
7.3	Contestação.....	171
7.3.1	Considerações prévias.....	171
7.3.2	Requisitos formais da contestação.....	172
7.3.3	Princípio da eventualidade e ônus da impugnação específica.....	172
7.3.4	Conteúdo da contestação.....	175
7.3.4.1	Defesa de mérito.....	176
7.3.4.1.1	Defesa direta.....	177
7.3.4.1.2	Defesa indireta.....	177
7.3.4.2	Defesa processual.....	177
7.3.4.3	Exercícios para distinguir matérias alegadas no mérito e em preliminar.....	180
7.3.5	Modelo de contestação comentado.....	182
7.3.6	Outras preliminares de contestação previstas no CPC/2015 (que eram apresentadas de forma apartada à contestação no CPC/1973).....	188
7.3.6.1	Da incompetência relativa.....	188
7.3.6.1.1	Exercícios relacionados à incompetência.....	189
7.3.6.1.2	Modelo comentado tratando de incompetência relativa.....	190
7.3.6.2	Da incorreção do valor da causa.....	192
7.3.6.3	Da impugnação à concessão da justiça gratuita.....	193
7.3.6.3.1	Modelo de impugnação à justiça gratuita comentado...	195
7.4	Da Alegação de impedimento ou suspeição.....	199
7.5	Da intervenção de terceiros provocada pelo réu.....	200
7.5.1	Denúnciação da lide.....	201
7.5.2	Chamamento ao processo.....	202
7.5.3	Incidente de desconsideração de personalidade jurídica.....	202
7.5.4	<i>Amicus curiae</i> .....	203
7.5.5	Indicação de quem deve figurar no polo passivo, no caso de alegação de ilegitimidade passiva.....	204
7.6	Da reconvenção.....	205
7.7	Síntese das possibilidades de defesa do réu.....	206

8.	PRAZOS, PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	207
8.1	Considerações iniciais.....	207
8.2	Prazos processuais .....	208
8.2.1	Períodos computáveis.....	208
8.2.2	Forma de contagem do prazo .....	209
8.2.3	Informatização do processo .....	211
8.3	Visão geral sobre as providências preliminares.....	215
8.4	Réplica.....	215
8.4.1	Modelo de réplica comentado.....	216
8.5	Julgamento conforme o estado do processo .....	221
8.5.1	Saneamento do processo.....	222
8.6	Revisão do panorama geral do procedimento comum.....	224
9.	PROCESSO DE EXECUÇÃO E FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	225
9.1	Introdução: entendendo o processo de execução autônomo e a fase de cumprimento de sentença.....	225
9.2	Dos requisitos necessários para a execução autônoma .....	227
9.3	As diversas espécies de execução e o procedimento da execução de quantia certa contra devedor solvente .....	228
9.4	Petição inicial na execução .....	231
9.5	Modelo de petição inicial de execução de título executivo extrajudicial.....	232
9.6	Defesa do executado na execução autônoma: embargos à execução/embargos do devedor.....	235
9.7	Modelo de embargos à execução.....	238
9.8	Cumprimento de sentença.....	243
9.9	Modelo de petição para provocar o início da fase de cumprimento de sentença.....	245
9.10	Defesa no cumprimento de sentença: impugnação .....	247
9.11	Modelo de impugnação .....	249
9.12	Da exceção de pré-executividade .....	254
9.13	Embargos à execução e impugnação: quadro comparativo.....	255
10.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS .....	257
10.1	Considerações prévias .....	257
10.2	Peculiaridades .....	258
10.2.1	Legitimação .....	259
10.2.2	Pedido .....	259
10.2.3	Alterações procedimentais.....	260
10.3	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	261
10.3.1	Visão geral .....	261

10.3.2	Modelo comentado: alimentos.....	262
10.3.3	Modelo comentado: ação possessória.....	268
10.4	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	274
10.4.1	Visão geral.....	274
10.4.2	Aspectos práticos.....	274
10.4.2.1	Modelo comentado: homologação de acordo extrajudicial.....	276
11.	DOS RECURSOS.....	279
11.1	Considerações prévias.....	279
11.2	Recursos existentes no direito brasileiro.....	281
11.3	Recurso adesivo.....	283
11.4	Natureza da decisão e recurso cabível.....	285
11.5	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	289
11.6	Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	289
11.6.1	Legitimidade para recorrer.....	290
11.6.2	Interesse em recorrer.....	291
11.6.3	Cabimento.....	291
11.6.4	Impedimentos recursais (renúncia, desistência e aquiescência).....	292
11.6.5	Tempestividade.....	292
11.6.6	Custas (preparo e porte de remessa e de retorno).....	294
11.6.7	Regularidade formal.....	295
11.7	Agravos.....	297
11.7.1	Agravo contra decisão de 1º grau.....	298
11.7.1.1	Fim do agravo retido e modo de impugnar interlocutórias não agraváveis de instrumento.....	300
11.7.1.2	Requisitos do agravo de instrumento.....	300
11.7.1.3	Modelo de agravo de instrumento comentado.....	305
11.7.2	Agravo interno.....	314
11.7.2.1	Modelo de agravo interno (regimental, ou legal) comentado.....	315
11.7.3	Agravo em recurso especial ou agravo em recurso extraordinário.....	320
11.7.3.1	Modelo de agravo em recurso especial comentado.....	321
11.8	Apelação.....	325
11.8.1	Modelo de apelação comentado.....	331
11.8.2	Existência de voto vencido no julgamento da apelação (técnica do julgamento estendido, que substitui os embargos infringentes).....	338
11.9	Embargos de declaração.....	340
11.9.1	Modelo de embargos de declaração comentado.....	342
11.10	Recurso ordinário.....	344
11.11	Recurso especial.....	346
11.11.1	Modelo de recurso especial comentado.....	350

11.12	Recurso extraordinário.....	359
11.12.1	Modelo de recurso extraordinário comentado.....	363
11.13	Embargos de divergência.....	369

## PARTE II

### PRINCIPAIS AÇÕES E RECURSOS (COM MODELOS DE PEÇAS) PARA A ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM JUÍZO

INTRODUÇÃO.....	373
1. PROCESSO DE CONHECIMENTO .....	375
1.1 Procedimento Comum .....	375
1.1.1 Ação de cobrança – empréstimo.....	375
1.1.2 Ação indenizatória – atraso em voo.....	377
1.1.3 Ação indenizatória – prestação de serviços turísticos .....	381
1.1.4 Ação revisional de aluguel .....	385
1.1.5 Ação de reparação de dano sofrido em acidente de veículos.....	389
1.2 Procedimentos Especiais .....	392
1.2.1 Ação de reconhecimento e extinção de união estável .....	392
1.2.2 Ação de reconhecimento e extinção de união estável homoafetiva .....	396
1.2.3 Ação de divórcio litigioso.....	400
1.2.4 Ação de investigação de paternidade.....	404
1.2.5 Ação de investigação de paternidade c/c alimentos .....	406
1.2.6 Abertura de testamento – testamento público.....	409
1.2.7 Ação de alimentos movida por descendente.....	411
1.2.8 Ação de alimentos movida por ascendente .....	413
1.2.9 Arrolamento sumário: herdeiros maiores, sem conflitos .....	416
1.2.10 Ação de consignação em pagamento.....	420
1.2.11 Ação de consignação de aluguéis e acessórios da locação .....	423
1.2.12 Ação de despejo por falta de pagamento.....	425
1.2.13 Ação de despejo – denúncia vazia .....	428
1.2.14 Embargos de terceiro.....	431
1.2.15 <i>Habeas corpus</i> (prisão civil – não pagamento de alimentos) .....	433
1.2.16 Ação indenizatória – colisão de veículos – JEC .....	436
1.2.17 Ação indenizatória – transporte aéreo – JEC.....	439
1.2.18 Ação monitória .....	442
1.2.19 Ação de reintegração de posse.....	445
1.2.20 Ação de interdito proibitório .....	448
1.2.21 Ação renovatória (locação).....	452
1.2.22 Ação de retificação de registro civil (retificação de assento).....	455

1.2.23	Ação revisional de alimentos.....	457
1.2.24	Ação de divórcio consensual.....	461
1.2.25	Ação de usucapião.....	464
1.2.26	Protesto interruptivo de prescrição.....	466
1.2.27	Contestação nos Juizados Especiais Cíveis (JEC).....	468
2.	EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E SUAS DEFESAS.....	473
2.1	Execução por quantia – título executivo extrajudicial.....	473
2.2	Cumprimento de sentença – título executivo judicial.....	475
2.3	Embargos do devedor (defesa do devedor na execução de título executivo extrajudicial).....	477
2.4	Impugnação (defesa do devedor na fase de cumprimento de sentença – título executivo judicial).....	480
2.5	Apelação em cumprimento de sentença.....	483
2.6	Cumprimento de sentença – sentença que condena ao pagamento de honorários sucumbenciais.....	486
3.	TUTELA PROVISÓRIA.....	489
3.1	Tutela provisória cautelar antecedente de arresto.....	489
3.2	Tutela provisória cautelar antecedente de separação de corpos.....	493
3.3	Tutela provisória cautelar antecedente de sustação de protesto.....	496
3.3.1	Variação do problema anterior: ação indenizatória decorrente de indevido protesto, com pedido liminar de tutela provisória cautelar antecedente de sustação de protesto.....	500
3.4	Tutela provisória cautelar antecedente (prestação de serviços médicos).....	500
3.5	Produção antecipada de provas.....	506
4.	RECURSOS.....	511
4.1	Agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal.....	511
4.2	Agravo de instrumento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal.....	516
4.3	Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo.....	520
4.4	Agravo em recurso especial (agravo “de decisão denegatória de recurso especial” – CPC, art. 1.042).....	523
4.5	Apelação (com preliminar e pedido de reforma).....	528
4.6	Apelação (com pedido de anulação/reforma).....	532
4.7	Apelação (pedido de reconsideração e/ou anulação).....	536
4.8	Embargos de declaração – omissão.....	539
4.9	Embargos de declaração – prequestionamento.....	541
4.10	Recurso ordinário constitucional.....	542
	BIBLIOGRAFIA.....	547